



TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.09.04.02
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00003.20250616/0001-20

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET, INCLUINDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTOS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRANGA/CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - CAT	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
2	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - SEC. DE TURISMO	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
3	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - SEC. DE CULTURA	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
4	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - SEC. DE EDUCAÇÃO 2	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
5	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - SEC. DE EDUCAÇÃO	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
6	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - CONSELHO TUTELAR	12.0	Serviço		
A contratação de serviços de fornecimento de internet, com inclusão da instalação, manutenção e programação de todos os equipamentos necessários, justifica-se pela importância da conectividade para o funcionamento eficaz da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Mulheres e Segurança Alimentar e Nutricional de Guaramiranga/CE. O acesso à internet é fundamental para a gestão de programas sociais, comunicação com órgãos estaduais e federais, atendimento à população e execução de políticas públicas voltadas aos públicos atendidos. A prestação desse serviço garante suporte técnico e operacional às ações da Secretaria, promovendo maior eficiência, agilidade e inclusão social.					
7	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - CRAS 2	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					

8	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - CRAS 1	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
9	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - CADASTRO ÚNICO	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
10	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - SEDE. SEC.	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
11	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - UBS AGOSTINHO	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
12	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - PONTO DE APOIO ENDEMIAS PERNAMBUQUINHO	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
13	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - UBS PERNAMBUQUINHO	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
14	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - UBS LINHA DA SERRA	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
15	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - UBS SEDE	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
16	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - SEC. DE SAÚDE	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
17	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - PAÇO MUNICIPAL	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
18	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - GAB. DA PREFEITA	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					

19	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - AUTARQUIA DE TRÂNSITO	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
20	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - CONTABILIDADE	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
21	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - SETOR DE TRIBUTOS	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos					
22	SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET - SEC. DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	12.0	Serviço		
Serviços de link dedicado de acesso a internet, ilimitado, full, cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade de no mínimo 90 (noventa) mbps para download e upload, com garantia e disponibilidade de 99,1 % de banda, incluindo o fornecimento, instalação e manutenção e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, a serem providos/realizados nesta secretaria, programas e órgãos.					

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento de internet, incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva, configuração e programação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento, visando atender às necessidades das Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Guaramiranga/CE.

Os serviços deverão ser prestados por meio de link dedicado de acesso à internet, ilimitado, full, via cabo/fibra óptica, com banda garantida, com velocidade mínima de 90 (noventa) Mbps para download e upload, com disponibilidade mínima de 99,1%, em conformidade com as normas técnicas e regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

A contratação justifica-se pela necessidade de garantir conectividade estável, contínua e de alta qualidade, indispensável ao funcionamento das atividades administrativas do Município, assegurando:

Suporte às rotinas internas de gestão pública;

Operacionalização de sistemas eletrônicos (folha de pagamento, portais do servidor, contabilidade, tributação, saúde, educação e outros);

Comunicação institucional eficiente;

Atendimento a demandas de serviços públicos digitais;



Atendimento à Transformação Digital na Administração Pública, conforme orientações de órgãos de controle e boas práticas de gestão.

A contratação de link dedicado com banda garantida evita interrupções, assegurando maior confiabilidade em relação a provedores comuns, de uso compartilhado, sendo requisito essencial para a prestação de serviços públicos eficientes à população.

Serviços a serem contratados

- A contratada deverá fornecer:
- Link dedicado de internet full duplex, ilimitado, cabo/fibra óptica;
- Banda mínima garantida de 90 Mbps (download e upload);
- Disponibilidade mínima de 99,1% ao mês;
- Equipamentos necessários ao funcionamento (modens, roteadores, switches, cabos e demais acessórios), em regime de comodato, sem ônus adicional ao Município;
- Instalação inicial completa em cada unidade administrativa;
- Manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de equipamentos defeituosos sem custo adicional;
- Suporte técnico remoto e presencial, quando necessário, com atendimento em até **1 (uma) hora** após a abertura do chamado.

Normas e regulamentações

Os serviços deverão observar:

Regulamentações da ANATEL, em especial a Resolução nº 614/2013 (Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM), ou outra que venha a substituí-la;

Normas técnicas da ABNT aplicáveis;

Boas práticas de segurança da informação, garantindo proteção contra acessos indevidos e ataques cibernéticos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Garantir a prestação contínua e estável do serviço;

Substituir, quando necessário, equipamentos sem ônus adicional;

Disponibilizar canal de suporte técnico especializado;

Manter registro atualizado junto à ANATEL como prestadora de SCM;

Garantir o nível de serviço pactuado (SLA), sob pena de aplicação de penalidades contratuais.



1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 meses, contado da emissão da assinatura do contrato.

5.2. Caso não seja possível a execução dos serviços no prazo avençado, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).



6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).



6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.17. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço

8.2- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1- Cédula de identidade do responsável legal ou signatário da proposta.

8.2.2-CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA:

8.2.2.1- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais ou o Registro Comercial em caso de empresa individual, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata da assembléia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.2.3- PROVA DE INSCRIÇÃO NA:

a) Fazenda Federal (CNPJ)

b) Fazenda Estadual (CGF) ou Fazenda Municipal ou documento comprobatório de isenção(inscrição).

8.2.4- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.2.4.1-Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.



a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida nos moldes da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02.10.2014;

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal da sede do licitante;

8.2.4.2- Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação - CRS e;

8.2.4.3- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, por imposição legal da Lei nº 12.440/11.

8.3-QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.3.1- Atestado de aptidão para desempenho de sua atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.3.2- Autorização da licitante pela **ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações)** para prestar os serviços compatíveis com o objeto do Termo de Referência.

8.4-QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.4.1- Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da PROPONENTE, Justiça Ordinária;

8.4.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

8.4.3. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC),



será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 0101.04.122.0021.2.004 - Gerenciamento Administrativo do Gabinete da Prefeita, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; 1203.08.122.0021.2.109 - Gerenciamento Administrativo em Assistência Social, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; 1203.08.243.0010.2.112 - Manutenção do Conselho Tutelar, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; 1201.08.244.0011.2.097 - Gestão das Ações da Proteção Social Básica, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; 1201.08.244.0011.2.100 - Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; 1101.12.122.0021.2.065 - Gerenciamento da Secretaria de Educação, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; 0701.13.122.0021.2.040 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria de Cultura, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; 1701.23.695.0021.2.132 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Turismo, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; 0301.04.122.0021.2.015 - Gerenciamento Administrativo da Secretaria de Finanças, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; 1001.10.122.0021.2.054 - Gestão e Manutenção da Secretaria de Saúde, no(s)



elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica;

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

10.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, inciso IX e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

GUARAMIRANGA/(CE), 05 de setembro de 2025